

Editorial

Nos últimos 30 anos, a organização da formação inicial de professores, sobretudo do hoje denominado 1.º CEB (Ciclo de Ensino Básico), sofreu alterações profundas, decorrentes essencialmente da sua integração no Ensino Superior e da passagem do nível de graduação de bacharelato ao de licenciatura. No entanto, e contrariamente ao que aconteceu com a formação contínua de professores, tem sido pouca a investigação realizada sobre esse tempo de formação, nomeadamente no que diz respeito à sua relação com a construção das identidades profissionais.

O projecto FIIP (Formação Inicial e Identidades Profissionais no 1.º CEB – Currículo e Identidades Profissionais de Base), financiado pela FCT/POCTI/FEDER, foi concebido tendo em conta este contexto, assim como os limites da formação contínua para a construção de novas identidades docentes (Lopes, 2001a; 2002). Com ele pretendeu-se estudar o papel da formação inicial na construção das identidades profissionais, considerando que, como na identidade em geral, a «primeira identidade» interferirá de forma particular no sentido e no estilo identitário nuclear dos docentes. Para o efeito, o projecto estuda a relação entre os currículos de formação inicial de quatro períodos da história recente da formação de professores e as identidades profissionais de base por eles produzidas: o imediatamente anterior ao 25 de Abril de 1974 (1.º período), o imediatamente posterior ao 25 de Abril de 1974 (2.º período), a década de 1980 (3.º período) e a década de 1990 (4.º período). Para cada período, são caracterizados os currículos de formação, através de recolha e análise de documentos, e as identidades profissionais de base, através de entrevistas biográficas a professores formados nesses currículos.

Porque se tem uma visão de currículo enquanto cenário de desenvolvimento que decorre da perspectiva ecológica do desenvolvimento humano, o currículo é caracterizado aos níveis macrossistémico e exossistémico e aos níveis mesossistémico e microssistémico; por outro lado, distingue-se entre currículo formal, informal e oculto, tal como concebidos em Lopes *et al.* (2004). Os documentos analisados vão desde romances, ensaios ou estudos sobre a época até aos apontamentos de aulas dos alunos, passando por legislação, pareceres, relatórios de avaliação, planos de estudo, programas, testes, textos de apoio, documentos de trabalho de professores e alunos, panfletos, manifestos e convocatórias das organizações estudantis. Na entrevista

biográfica, pretende-se atingir a identidade profissional de base vista como resultante das transformações da identidade psicossocial do jovem, em função da sua formação inicial vista à luz de uma identidade actual ou corrente.

O projecto desenvolveu-se de Outubro de 2002 a Dezembro de 2005. Este livro resulta do trabalho de reflexão e discussão realizado no seu âmbito durante os dois primeiros anos, de que destacamos as relações estabelecidas com consultores nacionais (Luísa Alonso e Idália Sá-Chaves) e estrangeiros (Martine Kherroubi) – em reuniões com a equipa de investigação e em conferências e seminários abertos. Foi da análise e da interpretação de resultados parciais do projecto que emergiu grande parte das interrogações e reflexões que orientaram as relações estabelecidas com os consultores e os debates na equipa de investigação.

Os dois primeiros capítulos – «Identidades profissionais de base e currículo de formação inicial: o caso do curso de 1976/1979 da Escola do Magistério Primário do Porto» e «A formação inicial de professores do 1.º CEB nas duas últimas décadas: uma caracterização a partir de discursos de natureza sociopolítica» –, decorrentes de comunicações apresentadas ao VII Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, realizado em Évora em Junho de 2003, e ao VII Congresso Galaico-Português de Psicopedagogia, realizado na Corunha em Setembro do mesmo ano, apresentam esses resultados. O primeiro centra-se na formação inicial nos períodos revolucionário e da normalização, relacionando a análise dos Planos de Estudo das Escolas do Magistério Primário e Infantil e narrativas biográficas de professores. O segundo diz respeito à análise de documentos de cariz sociopolítico relativos às décadas de 1980 e de 1990. Do primeiro, salientamos o valor dado pelos professores ao seu envolvimento na gestão do currículo como fonte principal da sua formação. Do segundo, a importância assumida, na década de 1990, pelas culturas de formação na análise da qualidade dos cursos.

Mas também um outro resultado parcial (Lopes *et al.*, no prelo) estaria implicado nas questões e reflexões emergentes que nortearam o trabalho com os consultores do projecto e o seminário permanente da equipa de investigação. No prosseguimento dos trabalhos de investigação nas suas duas vias de indagação – a documental e a biográfica –, o segundo período e a segunda metade do quarto período em estudo apareciam como dois momentos de formação de alguma qualidade e com uma identidade bem identificável, mas opostos no que diz respeito às dimensões *carácter profissional/carácter académico* da formação e *presença de relação/ausência de relação* entre a convivialidade entre pares e a aprendizagem: na formação durante a segunda metade da década de 1970 parece haver uma ligação entre os «assuntos da formação» e a vivência pessoal na formação, a identidade de base é de tipo profissional e integrado e o currículo tem um carácter profissionalizante; no quarto período, o currículo é mais académico que profissional e, na formação, as vivências pessoais e os «assuntos» profissionais aparecem separados, o que resultaria numa identidade de tipo académico e disjuntivo. Pusemos então a hipótese de estarmos perante a construção de uma nova profissionalidade do professor do 1.º CEB, bem distante da profissionalidade militante característica da formação no período que se seguiu ao 25 de Abril de 1974.

Tendo em conta a possível emergência de uma nova profissionalidade que, embora de qualidade, é mais académica e separa a dimensão pessoal e a profissional, tornava-se importante a indagação aprofundada sobre as condições em que a qualidade científica da forma-

ção se pode associar a uma formação profissional e em que a dimensão pessoal se possa aliar à dimensão profissional da aprendizagem. Foi neste contexto que as culturas de formação e o envolvimento dos estudantes na gestão do seu currículo se tornaram questões basilares a esclarecer.

No terceiro capítulo, «Pourquoi travailler en équipe à l'école primaire», Martine Kherroubi, tendo por referência as escolas «mobilizadas» e os professores «mobilizados», fala-nos do trabalho em equipa e dos professores do ensino primário francês, dos anos 1970 aos anos 1990, demonstrando que o trabalho em equipa não existe mais pelo facto de as leis o contemplarem como uma obrigação dos professores, mas também que a cada década dos últimos trinta anos do século passado correspondem diferentes visões do trabalho em equipa, relativas a três diferentes configurações da identidade – a militante, a profissional e a de carreira. Entre a *identidade militante* e a *identidade de tipo profissional e integrado* e a *identidade do profissional* (inserida na ideologia da modernização) e a *identidade de tipo académico e disjuntivo* podem estabelecer-se relações heurísticas.

Luísa Alonso, no quarto capítulo – «Perfil profissional e projecto de formação» –, responde directamente à nossa problemática, preocupando-se com a necessária construção de contextos formativos coerentes – através de um projecto de formação –, como condição para a atribuição de significado pessoal e profissional às experiências formativas. A autora centra-se na articulação das componentes de formação, tendo em conta a complexidade da construção do conhecimento e os obstáculos epistemológicos e estruturais das culturas das instituições de formação, nomeadamente os efeitos menos positivos da integração da formação no ensino superior.

No quinto capítulo – «A interligação dos conceitos de Didáctica, Avaliação e Supervisão na acção pedagógica. Uma perspectiva de (re)configuração epistemológica» –, Idália Sá-Chaves incide especificamente na complexidade da construção do conhecimento profissional. Tendo também por referência, tal como Luísa Alonso, o paradigma da complexidade, a autora procura formas de conexão e interface – concretamente no que concerne as áreas científicas de didáctica, avaliação e supervisão – que evitem que a um conhecimento cada vez mais aprofundado do ponto de vista científico corresponda um saber cada vez mais isolado e menos capaz de explicar e permitir compreender.

Ao longo dos dois primeiros anos do projecto, foi-se tornando aparente, por um lado, que a formação inicial, independentemente das suas características e qualidades, resultava sempre, do ponto de vista dos formandos, num sentimento de maturidade pessoal e, por outro lado, que certas características que ela assumia, sobretudo ao nível do currículo oculto, mas também ao nível do currículo informal (dimensões do currículo profundamente relacionadas com as culturas de formação), pareciam poder relacionar-se fortemente com a fase de desenvolvimento psicossocial em que, em geral, se encontram os estudantes da formação inicial. No capítulo sexto, «Jovem adulto em desenvolvimento e formação», Agostinho Ribeiro aprofunda a possibilidade dessa relação e suas formas.

Para os nossos objectivos, o tempo de formação correspondente à segunda metade da década de 1970 ocupou um lugar privilegiado, por corresponder ao que no interaccionismo simbólico é denominado «período de isenção» (Stryker & Statham, 1985) – aquele em que a estrutura social perde rigidez, alargando a margem de intervenção criativa e inventiva dos

actores sociais. Os capítulos sétimo – «Sobre culturas de formação: reflexão a propósito dos planos de estudo das EMP de 1976/1977» – e oitavo – «Sobre a possibilidade de identidades emancipatórias no 1.º CEB: análise da formação inicial nos períodos revolucionário e da normalização», respectivamente da autoria de Rosália Rocha e de Cristina Sousa e Amélia Lopes, focalizam esse período de formação. Rosália Rocha, a partir do plano de estudos para o Magistério Primário e Infantil 1976/1979 e de notícias publicadas nos jornais sobre o ambiente vivido na Escola do Magistério do Porto, dá conta da emergência, nessa época, de uma nova cultura de formação e dos seus contornos. Cristina Sousa e Amélia Lopes focalizam as possibilidades de formação de identidades de tipo emancipatório, relacionando uma análise do currículo de formação nesse mesmo período e narrativas biográficas de professores nele formados. Concluem que o currículo oculto (dimensão curricular para que convergem as outras duas – a formal e a informal) parece ter tido um impacto decisivo nas construções identitárias (de tipo emancipatório) dos professores formados nesse período, mas também que estas, para se realizarem, necessitaram, a maior parte das vezes, de abandonar o nível de ensino a que os destinou a formação inicial, o que chama a atenção para a discrepância entre a formação e a realidade do trabalho no 1.º CEB.

No nono capítulo, «Agência como currículo e organização escolar», Elisabete Ferreira, tendo por objectivo elaborar o valor formativo do envolvimento, faz uma reflexão de cariz epistemológico sobre o papel da agência na construção do currículo, convocando perspectivas consequentes da análise das organizações e avançando definições que, embora de forma ainda inicial, permitem retirar o conceito de agência da imaterialidade que o tem caracterizado.

Na formação típica da década de 1990, os saberes sobre as crianças – partes integrantes de uma formação profissionalizante – perdem expressão. Por outro lado, os professores do 1.º CEB são, na sua maioria, desde o último quartel do século XIX, professoras. Finalmente, se a adesão das mulheres ao ensino de crianças se sustentou na ideologia do maternalismo, em Portugal, ao longo do século XX, a rigidez tornou-se a característica típica da relação educativa no 1.º CEB. É neste quadro que se situa o décimo capítulo, «Infância e profissionalização dos professores: história de uma relação conturbada», da autoria de Fátima Pereira, no qual a reflexão já existente sobre a profissionalização e identidade dos professores é integrada nas reflexões, de emergência mais recente, sobre a infância.

No capítulo décimo primeiro, «A questão dos professores: os processos de recrutamento e de construção da “profissão”», Manuel António Silva aborda o recrutamento dos professores, enquanto analisador da qualidade do sistema e das organizações escolares. Integrando a problemática do recrutamento numa reflexão mais vasta sobre os mandatos da escola pública ao longo da modernidade, o autor centra-se depois na análise das condições em que o recrutamento pode permitir a (re)invenção da profissão docente.

No décimo segundo capítulo, «A identidade do 1.º CEB», Amélia Lopes procura caracterizar o estado actual da profissionalidade docente no 1.º CEB, focalizando, propositadamente, as suas fragilidades. O 1.º CEB, primeiro, possui uma história pesada de dominação e, depois, foi profundamente esquecido pela reforma do Sistema Educativo. A profissionalidade dos seus professores está, por isso, muito aquém de grande parte das reflexões que se associam à formação inicial (e também à formação contínua, embora não seja desta formação que se ocupa este

livro). A discrepância entre a formação e a realidade – não por causa da formação, mas por causa da realidade – pode estar na origem do desperdício de grande parte dos adquiridos com a formação inicial.

Porto, 30 de Setembro de 2005
Amélia Lopes